



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

TERMO DE REFERÊNCIA
ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo especificar e definir algumas condições para a *Contratação de empresa para fornecimento de materiais hidráulicos para qualificar a unidade de saúde indígena, através do incentivo financeiro da atenção básica aos povos indígenas no Estado do Rio Grande do Sul definido pela Portaria 188/2024 - Capítulo III - Seção III.*

2 - FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na **Modalidade:** DISPENSA DE LICITAÇÃO, **Critério de julgamento:** pelo MENOR PREÇO GLOBAL, **Fundamento Legal:** Artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

3 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1 O quantitativo corresponde à demanda conforme justificativa apresentada no Documento de Formalização de Demanda - DFD pela Secretaria Municipal demandante.

3.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.3 Os itens que compõem os lotes desta licitação têm natureza de aquisição e serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Segue abaixo, planilha contendo maior detalhamento dos itens a ser adquiridos:

Item	Qtd	Ref	Descrição do Objeto
01	01	un	ASSENTO SANITÁRIO
02	01	un	KIT PORTA PAPEL TOALHA
03	12	un	CADEIRA PLÁSTICA
04	02	un	Pia para banheiro
05	08	un	Joelho de 25x3/4 com rosca de ferro
06	06	un	Cano 25mm PVC
07	10	un	Joelho 25mm PVC
08	02	un	Veda rosca



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

09	02	un	Haste para chuveiro
10	06	un	Cano PVC 40mm esgoto
11	01	un	Rolo 100m fio 6mm
12	02	un	Torneira pra pia de banheiro
13	02	un	Torneira pra tanque
14	12	un	Joelho 40mm esgoto
15	01	un	Foto célula
16	01	un	Interruptor duplo
17	04	un	Painel de led 18w
18	03	un	Painel de led 18w
19	03	un	Painel de led 24w
20	04	un	Lampada de Led 12w
21	07	un	Interruptor simples
22	18	un	Tomada 2x4 embutir
23	01	un	Registro 3x4
24	06	un	Suporte de lâmpada
25	02	un	Chuveiro de 5500w
26	06	un	Torneira de jardim
27	02	un	Fita Isolante
28	01	un	Disjuntos 40"
29	10	un	Registro PVC 32mm
30	10	un	Curva pvc 32mm
31	10	un	Curva rosca/solda 32mm
32	06	un	Cano pvc 32mm

3.5 Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto na Lei 14.133/2021, que regulamenta as Licitações e Contratos Administrativos.

3.6 O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a necessidade e o interesse público.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

4.1 FUNDAMENTAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, anexo aos autos do processo licitatório.

4.2 JUSTIFICATIVA

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro
ADM. 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

A presente justificativa visa embasar a necessidade da Contratação de empresa para fornecimento de materiais hidráulicos para qualificar a unidade de saúde indígena, através do incentivo financeiro da atenção básica aos povos indígenas no Estado do Rio Grande do Sul definido pela Portaria 188/2024 - Capítulo III - Seção III, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas.

Considerando a necessidade de efetuar o plano de aplicação de recursos pelo incentivo financeiro aos municípios para aquisição da atenção básica aos povos indígenas no Estado do Rio Grande do Sul definido pela Portaria 188/2024 - Capítulo III - Seção III. Considerado o saldo de R\$ 18.000,00 do incentivo supracitado já disponível no Fundo Municipal de Saúde do município de São Pedro das Missões, na data de 18/09/2024, para ser aplicado no eixo I Gestão/ Atenção a saúde; eixo II Redução das vulnerabilidades sociais.

Considerando que a referida unidade desempenha um papel fundamental na promoção, prevenção e assistência à saúde das populações indígenas, garantindo o acesso a serviços essenciais conforme preconizado pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS), e com a aquisição de materiais hidráulico, será possível realizar melhorias na estrutura física, assim ofertando um ambiente seguro e humanizado à população indígena.

Diante do exposto a Contratação de empresa para o fornecimentos de materiais hidráulicos para qualificar a unidade de saúde indígena, através do incentivo financeiro da atenção básica aos povos indígenas no Estado do Rio Grande do Sul definido pela Portaria 188/2024 - Capítulo III - Seção III é a melhor solução para manter e melhorar o local dos atendimentos, dos serviços prestados à comunidade indígena e se mostra essencial para garantir a efetividade das ações do município, alinhadas à legislação vigente e os princípios da administração pública.

3. PREVISÃO NO PCA

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não tenha sido elaborado pelo Município de São Pedro das Missões/RS, entretanto o município está em vias de elaboração de seu PCA.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela pessoalidade e que possam acarretar tratamento discriminatório não previsto em lei.





Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico e justificativas presentes nos autos.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido Niebuhr (2015, p. 123):

[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:





Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:

- a) por dispensa de licitação; ou
- b) por inexigibilidade de licitação.

Especificamente, para o caso em tela, o Inc. II, do art. 75, da Lei Federal nº.14.133 de 2021, autoriza a dispensa de licitação, porquanto prevê a dispensa de licitação para contratações que envolvam valores inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado pelo Decreto nº.12.343/2024, para R\$62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais com cinquenta e nove centavos).

Dessa forma, a contratação da empresa, **ROBSON SIGNORI STEIN LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 27.383.821/0001-00, com sede na Rua 15 de Novembro, s/n, centro São Pedro das Missões/RS, CEP 98.323-000, por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, além de encontrar amparo na legislação vigente é a solução mais adequada, para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões/RS.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da Solução como um todo contempla a *Contratação de empresa para fornecimento de materiais hidráulicos para qualificar a unidade de saúde indígena, através do incentivo financeiro da atenção básica aos povos indígenas no Estado do Rio Grande do Sul definido pela Portaria 188/2024 - Capítulo III - Seção III.*

A contratação do objeto será por meio de dispensa, trazendo dessa forma, uma maior segurança na execução do objeto, atendendo de forma eficiente a demanda para os quais foram contratados. A fiscalização dos serviços é de responsabilidade da secretaria municipal da saúde.

Os detalhamentos das obrigações da Contratada constarão no escopo do Termo de Referência.





Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

Contratação de empresa para o fornecimento de materiais hidráulicos para qualificar a unidade de saúde indígena, através do incentivo financeiro da atenção básica aos povos indígenas no Estado do Rio Grande do Sul definido pela Portaria 188/2024 - Capítulo III - Seção III, é a melhor solução por representar a opção mais eficiente, econômica e vantajosa para que o município possa executar as políticas públicas voltadas à comunidade indígena, assim realizando a promoção, prevenção e assistência à saúde das populações indígenas, garantindo o acesso a serviços essenciais conforme preconizado pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS).

A aquisição de materiais hidráulicos se justifica pela necessidade de aprimorar a estrutura física da unidade de saúde, garantindo condições adequadas para o atendimento da população e o cumprimento da legislação vigente.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

6.1 SUSTENTABILIDADE

Não será exigido critérios de sustentabilidade.

6.2 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Na presente contratação não será solicitado a indicação de marcas ou modelos específico.

6.3 VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO

A Administração Pública Municipal não possui nenhuma vedação de marca/produto referente a este objeto.

6.4 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

Não será necessário a apresentação de amostra.

6.5 DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

Na presente Licitação não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

6.6 SUBCONTRATAÇÃO





Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.7 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.8 IMPACTOS AMBIENTAIS

Não foi identificado possíveis impactos ambientais, entretanto a contratada fica orientada ao cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Realizar a entrega do objeto, conforme determinado neste instrumento e documentos, expedidos pela CONTRATANTE;
- b) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes das obrigações trabalhistas, tributárias e outras relativas e incidentes sobre o presente contrato;
- c) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sendo que o não cumprimento das obrigações acima é motivo suficiente para suspensão do pagamento e aplicação de sanções previstas neste contrato; o qual poderá ser rescindido nos termos dos artigos 138 previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- e) Ocorrendo à rescisão do contrato, por qualquer motivo, fica o CONTRATANTE desobrigado de qualquer indenização;
- f) O descumprimento das obrigações assumidas no contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
- g) O prazo de entrega dos itens deverá ser no prazo de 07 dias úteis, a contar do recebimento da nota de empenho, sem ônus ou taxas ao Município de São Pedro das Missões/RS;
- h) Os itens deverão ser entregues na Unidade de Saúde, localizada na Linha Barro Preto, no Município de Dois Irmãos das Missões/RS, de segunda a sexta-feira, no horário das 10:00 da manhã;
- i) Todas as despesas relacionadas à entrega, incluindo o custo com pessoal responsável pela entrega dos itens, serão de responsabilidade da contratada;

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de

São Pedro das Missões

Todos Por São Pedro

ADM: 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

j) A entrega dos itens solicitados deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal, na qual deverão constar a descrição dos itens, a quantidade fornecida, o valor unitário e o valor total;

k) Verificada desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas no Termo de Dispensa;

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a) Autorizar o fornecimento dos itens;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados como Gestor e Fiscal do contrato;
- c) Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas pertinentes;
- d) Efetuar o pagamento devido.

8 MODELO DE GESTÃO DO OBJETO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6 FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.





Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de Contratos de que trata a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:

§ 1º - O Fiscal de Contratos ou Equipe de Acompanhamento de Contratos contará com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.

§ 2º - O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á a questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor de contratos.

§ 3º - O Fiscal de Contratos ou Equipe de Acompanhamento de Contratos contará com o apoio dos órgãos técnicos para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.

8.7 Fiscal de Contrato

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

O Fiscal de Contrato contará com o apoio dos órgãos técnicos, órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei n.º 14.133, sempre que entender necessário (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 115, §3º).

8.8 Gestor do Contrato

Ao Gestor de Contratos incumbe gerenciar as relações firmadas com a contratado analisando dados, informações e pareceres técnicos dos fiscais quanto a execução do objeto, a avaliação da qualidade dos resultados obtidos, bem como informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão relacionada a manutenção, ou não, das condições contratuais, zelando para que a execução ocorra de forma mais econômica e que atenda às necessidades de planejamento da Autarquia.

9 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado em moeda nacional, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, e a devida entrega dos itens.

9.2. Havendo incorreção no documento de cobrança ou qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento susado até que a

(55) 9 9199-9431

pmsaopedro@hotmail.com - www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br
gabinetepmsaopedro@hotmail.com
Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro
ADM. 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

9.3. A nota fiscal deverá ser emitida ao Município de São Pedro das Missões/RS e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato e n.º do Processo e da Dispensa, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;

10.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e obrigatoriamente o Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual, e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- g) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

(55) 9 9199-9431

www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br

pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro
ADM. 2015 - 2020



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

h) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

11. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL

11.1 Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11.2 Adotar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), para fins de reajuste geral de reposição.

12. DAS SANÇÕES

Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

(55) 9 9199-9431

pmsaopedro@hotmail.com - www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br
Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

(55) 9 9199-9431

pmsaopedro@hotmail.com - www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br
Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS
gabinetepmsaopedro@hotmail.com



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro
ADM. 2025-2028



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

13.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 4.388,20 (quatro mil trezentos e oitenta e oito reais e vinte centavos), conforme tabela abaixo:

ITEM	QTD.	Un de Medida	Descrição	VALOR unitário	VALOR TOTAL
01	01	un	ASSENTO SANITARIO	R\$75,00	R\$75,00
02	01	un	KIT PORTA PAPEL TOALHA	R\$20,00	R\$20,00
03	12	un	CADEIRA PLÁSTICA	R\$62,00	R\$744,00
04	02	un	Pia para banheiro	R\$306,50	R\$613,00
05	08	un	Joelho de 25x3/4 com rosca de ferro	R\$7,50	R\$60,00
06	06	un	Cano 25mm PVC	R\$25,00	R\$150,00
07	10	un	Joelho 25mm PVC	R\$1,50	R\$15,00
08	02	un	Veda rosca	R\$3,00	R\$6,00
09	02	un	Haste para chuveiro	R\$15,00	R\$30,00
10	06	un	Cano PVC 40mm esgoto	R\$32,00	R\$192,00
11	01	un	Rolo 100m fio 6mm	R\$700,00	R\$700,00
12	02	un	Torneira pra pia de banheiro	R\$13,00	R\$26,00
13	02	un	Torneira pra tanque	R\$9,00	R\$18,00
14	12	un	Joelho 40mm esgoto	R\$3,00	R\$36,00
15	01	un	Foto célula	R\$49,80	R\$49,80
16	01	un	Interruptor duplo	R\$20,00	R\$20,00
17	04	un	Painel de led 18w	R\$30,00	R\$120,00
18	03	un	Painel de led 18w	R\$30,00	R\$90,00
19	03	un	Painel de led 24w	R\$38,00	R\$114,00
20	04	un	Lampada de Led 12w	R\$12,00	R\$48,00
21	07	un	Interruptor simples	R\$14,00	R\$98,00
22	18	un	Tomada 2x4 embutir	R\$12,80	R\$230,40
23	01	un	Registro 3x4	R\$110,00	R\$110,00
24	06	un	Suporte de lâmpada	R\$5,50	R\$33,00

(55) 9 9199-9431

pmsaopedro@hotmail.com www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br
Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões

25	02	un	Chuveiro de 5500w	R\$99,00	R\$198,00
26	06	un	Torneira de jardim	R\$4,00	R\$24,00
27	02	un	Fita Isolante	R\$8,00	R\$16,00
28	01	un	Disjuntos 40 ^a	R\$49,00	R\$49,00
29	10	un	Registro PVC 32mm	R\$15,00	R\$150,00
30	10	un	Curva pvc 32mm	R\$4,90	R\$49,00
31	10	un	Curva rosca/solda 32mm	R\$4,00	R\$40,00
32	06	un	Cano pvc 32mm	R\$44,00	R\$264,00

14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, mediante a seguinte dotação:

04 – Sec. Mun. Da Saúde

4090 - PSF - ESTADO

4490.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

3390.30.00.00.00.00 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

São Pedro das Missões/RS, em 25 de março de 2025.


Clarisse Brizola
Secretária Municipal de Saúde

(55) 9 9199-9431

pmsaopedro@hotmail.com - www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br
Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de
São Pedro das Missões
Todos Por São Pedro
ANM. 2025 2020